Uma análise discursiva da promessa de democracia cultural do atual governo Lula

A discursive analysis of the current Lula government's promise of cultural democracy

Liliane Souza dos Anjos
Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, https://orcid.org/0000-0001-9763-9166, liliane.anjos@unesp.br
Felipe Augusto Santana do Nascimento
Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, https://orcid.org/0000-0001-6251-4056, felipe.nascimento@ifal.edu.br

Recebido em: 06/10/2024 / **Aceito em:** 22/12/2024
DOI: 10.12660/rm.v16n26.2024.92268

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise discursiva do compromisso do atual governo Lula voltado à construção de uma democracia cultural. A partir do arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso materialista, o artigo objetiva demonstrar como a aliança em questão inscreve-se historicamente, destacando-se como uma forma de reproduzir determinadas memórias que dissimulam uma noção transparente de cultura. Como materiais de análise, são mobilizados uma fotografia do dia da posse, o pronunciamento de Lula, o *slogan* e a marca do atual governo. Os resultados da pesquisa apontam para um funcionamento equívoco que notabiliza uma suposta ideia de igualdade, promovendo o apagamento das condições históricas do nosso social.

Palavras-chave: Cultura; Análise de Discurso; Memória discursiva; Lula.

Abstract

This paper presents a discursive analysis of the current Lula government's commitment to achieve cultural democracy. Based on the theoretical and methodological framework of materialist Discourse Analysis, this article aims to demonstrate how the alliance in question is historically inscribed, standing out as a way of reproducing certain memories that conceal a transparent notion of culture. As materials for analysis, a photograph of the presidential inauguration day, Lula's speech, the slogan and brand of the current government are mobilized. The results of the research point to an equivocal functioning that highlights a supposed idea of equality, promoting the erasure of the historical conditions of our society.

Keywords: Culture; Discourse Analysis; Discursive memory; Lula.

Introdução

A cerimônia de posse do atual Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, foi marcada pelo inusitado. Dada a recusa do antigo mandatário em passar a faixa presidencial, a tradição foi quebrada, permitindo Lula subir ao Palácio do Planalto com um grupo de representantes de diversos segmentos da sociedade: a cozinheira Jucimara dos Santos, o cacique Raoni, o menino Francisco, o artesão Flávio Ferreira, o influenciador ativista dos direitos de pessoas com necessidades específicas Ivan Baron, o metalúrgico Wesley Rocha, sua esposa Janja e a cachorrinha Resistência. O encontro, flagrado em uma cena que se destaca por sua "potência de captura simbólica" (Lagazzi, 2020, 2021); o *slogan* com a logo do governo ("Brasil: união e reconstrução") e o discurso de posse – objetos escolhidos como materiais dessa análise – despertam o olhar para os sentidos que ali são construídos, para o modo como os sujeitos são entrelaçados em uma rede imaginária de convicções.

Partindo da hipótese de que esses elementos contribuem para a construção de uma performance (com)prometedora, buscamos, a partir do arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso materialista (Pêcheux, 2012; Orlandi, 2008, 2012, 2015), analisar como o discurso do atual governo projeta um compromisso simbólico com a democracia cultural, ou seja, uma promessa discursiva (Anjos, 2021), capaz de atualizar memórias. Assim, este trabalho se propõe a responder à seguinte questão: como os discursos em circulação a partir de diferentes materialidades (imagem e língua) configuram e reproduzem uma noção de democracia cultural, enquanto atualizam memórias atreladas ao social brasileiro?

Os objetivos específicos desta investigação são: analisar como os objetos simbólicos da posse presidencial (fotografia, *slogan*, marca e proferimento público) projetam sentidos de um compromisso com a democracia cultural; investigar de que forma os discursos, na construção da performance de compromisso, mobilizam memórias relacionadas à noção de igualdade cultural; e examinar as condições de produção que permitem a construção de um consenso em torno de uma noção transparente de cultura (Nascimento, 2017) no atual governo Lula.

A relevância desse estudo reside no fato de que, historicamente, o argumento da cultura comparece em diferentes discursos políticos como um dos elementos centrais na reconstrução do país após a Ditadura Civil-Militar. O processo de redemocratização notabilizou maiores incentivos ao âmbito cultural, com a criação de

leis que garantiram o fomento, a valorização e a propagação da cultura. Esse movimento, no entanto, foi interrompido no Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), no qual os incentivos ao âmbito cultural foram escassos e a cultura deixou de ser uma prioridade. A pauta da diversidade cultural, assim, foi conduzida por uma perspectiva negativa, em que as minorias eram acusadas de "vitimismo", recurso que supostamente estaria sendo utilizado para receberem algum tipo de benefício ligado a políticas afirmativas (Nogueira, 2023). Dessa forma, analisar como o discurso sobre a cultura retorna no terceiro governo Lula é fundamental para compreender como a promessa de "unir" e "reconstruir" o país materializa funcionamentos ideológicos.

Para a consecução dos nossos objetivos, organizamos este trabalho em três seções, além desta. De imediato, procuramos descrever o referencial teórico metodológico desta pesquisa. Em seguida, apresentamos as condições de produção que possibilitam textualizar a promessa de união e reconstrução pautada em uma unidade cultural democrática. Por fim, trazemos um breve debate sobre a promessa discursiva (Anjos, 2021), a partir da descrição e interpretação dos materiais que, no contexto desta investigação, estão sendo trabalhados em sua imbricação material (Lagazzi, 2012).

Sobre as bases teórico-metodológicas da análise

A Análise de discurso materialista (AD), fundada na década de 1960 pelo filósofo Michel Pêcheux e difundida no Brasil a partir dos desdobramentos teóricos promovidos por Eni Orlandi na década de 1980, tem como objeto de estudo o discurso, efeito de sentido entre interlocutores (Pêcheux, 2014), "o lugar específico em que podemos observar a relação entre linguagem e ideologia" (Orlandi, 1994, p. 53). Tal perspectiva teórica considera a linguagem em sua relação necessária à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos, uma linguagem afetada por condições sócio-históricas dadas em contradição. Nessa direção, a AD se marca por alguns pressupostos teóricos importantes, como o descentramento do sujeito e a historicização do sentido (Pêcheux, 2014; Orlandi, 1994; Zoppi-Fontana, 2014).

Sobre a noção de sujeito na AD, derivada de uma leitura disruptiva da Psicanálise e do materialismo histórico, podemos dizer de sua não coincidência consigo mesmo, tendo em vista o atravessamento do inconsciente e a interpelação ideológica. Nesse processo de determinação pela ideologia, vê-se, simultaneamente,

a constituição dos sentidos, disponíveis ao sujeito como se fossem unidirecionais e sempre já existentes. Em outras palavras, é pelo funcionamento da ideologia que a realidade se apresenta para o sujeito como evidente, sem contradição, e a linguagem como transparente, já que o seu dizer se mostra como o único possível para ele. A ideologia, assim, funciona no apagamento das contradições e, consequentemente, na produção de evidências (aquilo que parece óbvio) para o sujeito. São essas evidências que a AD procura atravessar, ao tentar explicitar como as contradições e os equívocos constituem o dizer do sujeito.

Com efeito, é da própria ordem ideológica fazer o sujeito esquecer que os sentidos sempre poderiam ser outros e que a significação não nasce nele. Desse modo, a AD propõe uma crítica tanto à tendência do sentido literal (unicidade de sentido), quanto à tendência segundo a qual o sentido pode ser qualquer um, ao considerar que tais posições negam a determinação histórica já mencionada (Orlandi, 1994, 2012).

Vale ressaltar, igualmente, a relação constitutiva entre sujeito e sentido. O sujeito, interpelado pela ideologia, crê ser a origem de seu dizer, apagando o fato de que tais formulações pertencem a uma cadeia de sentidos que, na relação entre língua e história, retornam, deslocam-se e se estruturam em diferentes materialidades A ilusão de ser a origem do dizer é essencial para que o sujeito enuncie, esquecendo-se de que seu discurso atualiza enunciados que já foram ditos anteriormente (Pêcheux, 2009).

É por haver essa determinação que os sentidos precisam ser analisados em suas condições de produção; ou seja, a significação, por fazer parte de uma cadeia discursiva, precisa ser observada não apenas em seu contexto mais imediato, mas em suas condições sócio-históricas mais amplas, a fim de que seja possível compreender o que retorna nas formulações analisadas. Para compreendermos, então, esse retorno, que, insistimos, apresenta-se para o sujeito como estável, é importante observarmos a materialidade significante (Orlandi, 1995), por meio da qual o discurso se concretiza. No presente caso, estamos trabalhando com duas materialidades, a saber: a linguística, pelas formulações sintáticas do discurso de posse e do *slogan*; e a imagética, na disposição visual da logomarca do governo (Figura 1) e na cena capturada em fotografia (Figura 2).

A Análise do discurso à qual nos filiamos é materialista, porque entende que a materialidade é a via para analisar como os discursos funcionam na sociedade e se

marcam na linguagem. Desse modo, é por meio da materialidade que será possível observar as regularidades e os deslocamentos de um dizer. É a compreensão desse movimento entre dizer o mesmo e o diferente que podemos analisar a posição que o sujeito ocupa quando enuncia e, portanto, a sua posição ideológica.

Não estamos, portanto, falando de indivíduos, mas de sujeitos que ocupam uma posição no discurso ao enunciar. Quando tomamos o discurso de posse do Presidente Lula como um dos materiais de análise, interessa-nos compreender como a posição-sujeito presidente, ocupando o lugar social máximo do país, atualiza sentidos para a cultura e a democracia, ao identificar-se em um processo simultâneo de reconhecimento e desconhecimento daquilo que determina essa sua posição e o seu dizer. Ao colocarmos os diferentes materiais em relação (enunciado de posse, fotografia, logo e *slogan*), será possível compreender como o compromisso de valorização da cultura faz intervir memórias que se atualizam na promessa de união e reconstrução do país.

Não se trata, portanto, de uma memória cognitiva, mas de uma memória discursiva que "diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas" (Courtine, 2006, p. 106-107). É dessa forma que, para a AD, os sentidos se filiam a memórias, pois o sentido, que se apresenta como "novo" para o sujeito, está ligado a uma existência anterior que retorna da mesma forma ou diferente. Isso não significa que o inusitado não possa acontecer. Sentidos outros podem irromper na cadeia significante, produzindo outras direções, outras memórias que, por sua vez, produzirão novas cadeias de sentidos.

Enquanto analistas de discursos, recorremos ao procedimento analítico de pôr em relação descrição e interpretação (Pêcheux, 2012). O recorte do material já é um gesto analítico que, sustentado no aparato teórico da AD, descreve o seu *corpus* e o interpreta. No nosso caso, os objetos de análise serão tomados em sua imbricação material (Lagazzi, 2008, 2009), o que significa dizer que as composições diferentes de cada materialidade estão imbricadas contraditoriamente, "cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra" (Lagazzi, 2008).

Das condições à produção de um compromisso governamental

Pouco se questiona sobre os sentidos de promessa quando se pensa em sua relação com o fazer político. Quando essa promessa está atrelada a certas

expectativas sobre cultura, então, o compromisso coloca em pauta a necessidade de que sejam feitas algumas mudanças, e, desse modo, a cultura é tomada como elemento maleável, sujeita a ações de governança. Ao longo da história do Brasil, essa relação entre cultura e promessas não foi a mesma, oscilando a depender do interesse do grupo que estava no governo. Com os governos Lula, em suas três fases, não foi diferente. Isso nos leva a questionar as condições de produção nas quais a cultura comparece à promessa de união de reconstrução do atual governo, interrogando, ainda, os sentidos de cultura que ali são atualizados.

Para a AD, a história não é pensada em termo de uma linearidade homogênea e contínua, mas compreendida como "estruturas específicas da historicidade" (Althusser, 1980, p. 49), funcionando como um exterior constitutivo dos discursos. Isso significa que as condições materiais de determinada conjuntura sócio-histórica estão intrinsecamente ligadas ao dizer do sujeito e, desse modo, seu discurso deve ser compreendido tanto em seu contexto mais imediato, quanto em suas condições sócio-históricas e ideológicas de produção mais amplas (Orlandi, 2015).

Ao partirmos dessa premissa, tomamos as temporalidades diferenciais relacionadas à formulação e à circulação de determinado dizer, uma vez que, no trajeto de sentidos, a memória dos sentidos é apagada, e as formulações podem se apresentar para os sujeitos como não regulares. O que nos interessa nessa discussão é o efeito "inovador" que se apresenta na relação entre "cultura" e "promessas" para o sujeito. Assim, a promessa de valorizar a cultura forja um compromisso de unidade e de reconstrução que irrompe no social brasileiro, ao projetar um "novo" futuro que valorize o passado de um povo e possibilite a consolidação de uma identidade cultural brasileira.

Sabe-se que a palavra cultura é considerada de difícil e de complexa definição (Williams, 1985; Nascimento, 2019), uma vez que pensar em cultura é colocar em pauta diferentes áreas do conhecimento. Não à toa, a temática cultural tornou-se central no debate político, demarcando posicionamentos que a compreendem, sobretudo, em sua dimensão coletiva, ora de forma homogênea, ora funcionando pela diversidade. O que está em jogo nessa relação é o funcionamento de um dizer que associa a cultura à identidade coletiva (Nascimento, 2022), não sendo possível falar da identidade de um Estado sem remeter à noção de cultura. Assim, expressões como "identidade cultural", "cultura brasileira" ou "cultura afro-brasileira" funcionam sem questionamentos para os sujeitos. É o efeito da ideologia que apresenta a cultura

como transparente, naturalizada como se ela fosse de tal modo que não pudesse ser outra.

É importante ressaltar que a evidência que organiza a paridade entre cultura e Estado é fruto da história. Em seu sentido estrito, a cultura está ligada ao cultivo da terra e, aos poucos, passou a significar o cultivo do espírito, do conhecimento. Essa passagem do cultivo da terra para o cultivo do sujeito coincidiu com o processo de colonização, momento em que a cultura também passou a significar pela sua dimensão coletiva (Nascimento, 2019). Podemos associar essa dimensão coletiva à ideia de nação que, em seu sentido moderno, é um conceito relativamente recente e funcionando, politicamente, por meio da equação "Estado = nação = povo" (Hobsbawm, 1990, p. 32). O conceito de nação, assim, estava relacionado a um território delimitado e à unificação de um povo em torno de uma língua comum e, consequentemente, de uma cultura que representariam determinado Estado nacional. Dessa forma, os Estados nacionais recorreram à cultura para produzir a identificação do sujeito, vinculando-o a determinada comunidade política (Rodríguez-Alcalá, 2004). Esse movimento foi possível pela construção de um passado comum que pudesse ser compartilhado pelos membros de determinado grupo, delimitando os cidadãos que pertenciam à "sua" nação. Quem não compartilhava desse passado comum não era considerado parte da comunidade e, portanto, não poderia pertencer àquele Estado em específico.

A noção de "comunidade imaginada", cunhada por Anderson (2008), explicita como essa ideia de pertencimento foi sendo construída discursivamente em torno da noção de uma nação comum. Para o autor, a nação moderna é "uma comunidade politicamente imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana" (Anderson, 2008, p. 32). Ela é imaginada, porque, apesar de não conhecerem os seus compatriotas, comungam de um mesmo ideal de nação; é limitada, porque é definida por fronteiras e cerceada por outras nações; e, por fim, é soberana, porque, sendo uma comunidade, vivem em fraternidade e seus cidadãos são capazes de lutar e morrer por sua nação.

A relação entre Estado nacional, cultura e identidade, portanto, não é natural, mas política. Com o processo de colonização, o contato com o "outro", o diferente, produziu a necessidade de os Estados nacionais se diferenciarem entre si e impor o seu modo de vida (considerado superior e mais avançado) às suas colônias (consideradas inferiores e mais atrasadas). Esse movimento, somado ao movimento

de particularizar os cidadãos a um Estado específico, produziu a noção de que a cultura apresenta uma dimensão coletiva (Rodríguez-Alcalá; Nascimento, 2022), o que deriva no efeito de que não é possível falar de Estado sem falar de cultura e vice-versa. Essa relação, que não é natural, se cristaliza e comparece nas políticas públicas, atualizando sentidos de que a cultura pode se traduzir na união da nação.

Esse trabalho dos Estados nacionais foi possível porque a cultura foi tomada de forma homogeneizada. Em uma perspectiva discursiva, Orlandi (2012), ao falar de língua, aponta que existe a sua forma material (a ordem) e a sua forma abstrata (a organização). O trabalho sobre a língua, a construção de gramáticas e de dicionários, diz respeito à organização, produzindo uma regularização sobre a língua. As políticas culturais são o trabalho do Estado sobre a cultura que funciona regulando a sua organização, determinando o que faz parte e deve ser valorizado como parte ou não do setor cultural.

Além disso, outra distinção feita por Orlandi (2008), também ao falar de língua, é proveitosa para pensarmos na noção de cultura. Em relação à língua, a autora afirma que é preciso fazer a distinção entre língua fluida (a língua do dia a dia, a língua efetivamente falada pelos falantes) e a língua imaginária (que seria a língua descrita nas gramáticas, sem equívocos ou falhas). Partindo dessa distinção, Esteves (2014, p. 288) propõe a noção de *efeito-cultura* que seria análoga à *cultura imaginária*, a qual seria normatizada, sem equívocos, sem falhas e, portanto, homogênea e estável. Em oposição à cultura imaginária, haveria também a *cultura fluida,* que foge à normatização, abrindo-se para o equívoco, permitindo que as práticas culturais sejam outras. Desse modo, os Estados nacionais, ao produzirem uma identificação para os seus sujeitos, recorriam à cultura imaginária, produzindo, com isso, um efeito-cultura: um passado comum, homogêneo e estável com o qual os sujeitos poderiam se identificar.

Ainda pensando no modo como a produção dessa cultura imaginária foi fundamental na construção da identidade nacional, recordamos como, no início do século XIX, o indígena foi idealizado na figura de herói nacional e, junto ao branco colonizador, forjava a identidade brasileira, excluindo desse processo o negro, sujeito escravizado. Assim, desde o final do século XIX, diversos estudiosos se questionaram sobre o que é ser brasileiro e o que constitui a cultura brasileira. Essas indagações ganharam fôlego nos anos 1920 e 1930, produzindo, na literatura brasileira, por exemplo, obras como *Macunaíma*, de Mário de Andrade, pela qual se critica a

formação do povo brasileiro, apontando a mestiçagem como fundamental na construção da identidade nacional.

É a partir dos anos 1930 que observamos mais explicitamente o trabalho do Estado sobre a organização da cultura, regulando as práticas culturais por meio da criação de medidas que preservavam o patrimônio material, tais como, conforme Calebre (2009), a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937. Ainda segundo a autora, em 1953, o Ministério da Educação e Saúde é desmembrado e são criados o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e Cultura. Esse momento histórico coincide com a difusão da televisão no Brasil, que permitia uma maior divulgação de certas práticas culturais.

No período da Ditadura civil-militar, como afirma Fernandes (2013, p. 174), temos uma propagação de políticas públicas que buscavam censurar determinados tipos de produções culturais considerados contrários ao governo ou à "cultura nacional"; produzir uma infraestrutura de telecomunicação que visava propagar a indústria cultural; e, por fim, construir um plano de política cultural oficial. O trabalho sobre a organização da cultura, nesse sentido, funcionava regulando o que seria da parte do setor cultural. Houve, nesse momento, o interesse em democratizar os bens tidos como culturais e difundi-los, para que os cidadãos pudessem consumir a "cultura", isto é, práticas culturais entendidas como belas artes vinculadas à classe dominante. Esse olhar consistia em possibilitar o acesso da população à "cultura nacional", produzindo, com isso, o reconhecimento dos sujeitos a essa unidade unívoca tão necessária para manter a "ordem". Isso não impediu, no entanto, que práticas culturais, como o teatro, o cinema novo e a música popular, produzissem a contestação da ordem imposta (Schwarz, 1978, p. 80).

No período de redemocratização, a cultura foi eleita como um dos elementos de reconstrução nacional, após vinte e um anos de Ditadura civil-militar. O Ministério da Cultura (MinC) foi criado, por meio do Decreto nº 91.144, em 1985, pelo então Presidente José Sarney, desvinculando-o do Ministério da Educação. O objetivo do recém-criado ministério era valorizar as expressões culturais que, como se dizia, constituíam a cultura brasileira. As dificuldades de construir políticas públicas em um período democrático foram muitas, seja pela instabilidade política e econômica nos anos seguintes, seja pelo próprio modelo autoritário que estava enraizado ainda na construção de políticas públicas de cultura da época.

Os governos de Fernando Collor, de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foram marcados pela descontinuidade de ações no setor cultural. O MinC foi extinto em 1990 no governo Collor e, em 1991, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura, conhecido como Lei Rouanet, o que possibilitou a inserção de recursos em determinados setores culturais por meio de incentivos fiscais a empresas que renunciassem parte do seu imposto de renda. Sob o governo de Itamar Franco, em 1992, o MinC foi recriado. No entanto, com a instabilidade econômica, a política do governo de FHC foi incorporar a distribuição dos recursos do campo cultural à lógica do setor privado, o que produziu a divisão desigual desses recursos, concentrados nas grandes capitais do sudeste (Calebre, 2009, p. 8).

Em 2003, Lula assume o seu primeiro governo. O olhar para as políticas públicas de cultura deixa de se concentrar na democratização da cultura e passam a enfatizar a democracia cultural. Diferentemente das políticas de democratização da cultura que buscam ampliar o acesso dos bens culturais da elite à população, a democracia cultural, ao compreender a cultura como um modo de vida, busca valorizar as diferentes manifestações culturais, inclusive as populares (Lima; Ortellado; Souza, 2013). Nesse sentido, o governo Lula e o governo Dilma priorizaram a cultura como um setor estratégico de seus governos, construindo marcos legais que a valorizassem em sua diversidade. Produziu-se, desse modo, um efeito de consenso de que a cultura é importante para a democracia, e a sua valorização passa pela ênfase à diversidade. Ainda assim, a pluralidade da cultura é organizada pelo discurso do Estado e responde a uma demanda do Mercado, que, ao homogeneizar seus bens, determina o que pode e deve ser valorizado (Nascimento, 2017). É nesse sentido que Rubim (2008, p. 199), ao analisar os dois primeiros governos de Lula, salienta que, apesar dos avanços inegáveis nas políticas públicas de cultura, é a lógica neoliberal que regula as leis de incentivo, ao limitar a decisão do Estado e priorizar as decisões do Mercado.

Apesar dos avanços apontados, após o golpe parlamentar contra a então Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, as políticas de cultura foram ofuscadas e relegadas ao obscurantismo. Rubim (2012, p. 29), ao descrever a trajetória dessas políticas no Brasil, afirma que elas são marcadas resumidamente pela ausência, pela instabilidade e pelo autoritarismo. Podemos dizer, assim, que a instabilidade governamental, aliada à ausência de planejamento para o setor cultural, produziu ações autoritárias que foram responsáveis pela extinção do Ministério da Cultura tanto no governo Temer, com sua posterior recriação após pressão popular, quanto no

governo Bolsonaro, quando o Ministério foi novamente extinto e o investimento do setor cultural reduzido. A diversidade cultural não interessava a esses governos, e a cultura, ainda seguindo a lógica neoliberal, era vista apenas como um produto de consumo que não poderia ser acessado por qualquer um. Ao invés de pensá-la na diversidade, foram os sentidos de unidade que passaram a legitimar o que seria parte do cultural.

A fundação do MinC e a criação da Lei Rouanet são marcos legais que funcionaram discursivamente como sustentação ideológica para o compromisso do Estado em valorizar a cultura nacional. Essas referências foram descontinuadas e negadas como importantes no Governo Bolsonaro, que diminuiu a fomentação em festivais e a preservação de manifestações culturais até então compreendidas como importantes para a identidade nacional.

Esse cenário de destruição do setor cultural dava as condições que permitiram uma forte resposta do atual governo encarnada na mensagem de esperança da cerimônia de posse do presidente Lula e na aliança levada a cabo no *slogan* e na logo de seu governo. Em 2023, temos, então, o gesto da subida conjunta ao Palácio do Planalto, a recriação do Ministério da Cultura e retomada do compromisso de valorizar e ampliar a participação e a gestão compartilhada como base para uma política de diversidade cultural.

A composição da promessa discursiva do governo Lula

O *slogan* “União e reconstrução” oferece indícios do que se pode esperar como prioridade do atual governo presidencial. De imediato, somos remetidos à construção de referências enunciativas a partir de uma suposta transparência de duas palavras: “união” e “reconstrução”. Mas união a quê? Reconstruir o quê? E o que havia sido destruído para que possa ser reconstruído?



Figura 1 - Marca do Governo Federal.
Fonte: Secretaria de Comunicação Social.

Pareados, os significantes *união* e *reconstrução* são oferecidos abaixo do imponente nome do país composto por diferentes cores: as cores da bandeira nacional (verde, amarelo e azul), a cor cinza, como um efeito de mistura da interseção de outras cores, e o que facilmente pode ser remetido à cor do Partido dos Trabalhadores, o vermelho. Nesse sentido, o mosaico em que o nome *Brasil* está sendo construído retoma *slogans* anteriores, atualizando o que foi visto no logo do governo Lula 1, em uma composição visual caleidoscópica. Um Brasil construído por partes menores, por uma diversidade notável, é metaforizado na Figura 1, a partir de uma formulação que ressoa na fotografia abaixo:



Figura 2 - Lula sobe a rampa do Palácio do Planalto acompanhado de representantes do povo.
Fonte: Ricardo Stuckert/PR, Wikipedia, 01 de janeiro de 2023.

A imagem coloca em primeiro plano representantes do povo ao lado do presidente Lula. Juntos, mas sem manter qualquer uniformização estética, como

modelos de roupa parecidos ou cores iguais, eles percorrem a rampa do Palácio do Planalto em um movimento de subida. Cada um a seu modo, porém com passos cadenciados.

Vejamos agora o discurso presidencial de Lula. Trazemos suas palavras a partir de um recorte no qual o compromisso do governo é tecido apelando para o argumento da diversidade.

> Hoje, nossa mensagem ao Brasil é de *esperança e reconstrução*. O grande *edifício de direitos, de soberania e de desenvolvimento que esta Nação levantou,* a partir de 1988, vinha sendo sistematicamente demolido nos anos recentes. É para *reerguer este edifício de direitos e valores nacionais* que vamos dirigir todos os nossos esforços. [...]
> Uma nação não se mede apenas por estatísticas, por mais impressionantes que sejam. Assim como um ser humano*, uma nação se expressa verdadeiramente pela alma de seu povo*. *A alma do Brasil reside na diversidade inigualável da nossa gente e das nossas manifestações culturais*.
> Estamos *refundando o Ministério da Cultura*, com *a ambição de retomar mais intensamente as políticas de incentivo e de acesso aos bens culturais*, interrompidas pelo obscurantismo nos últimos anos.
> *Uma política cultural democrática não pode temer a crítica nem eleger favoritos.* Que brotem todas as flores e sejam colhidos todos os frutos da nossa criatividade, Que todos possam dela usufruir, sem censura nem discriminações (Lula, 2023, grifo nosso).

Slogan, logomarca, fotografia da posse e pronunciamento. A trama que tece a promessa do atual governo envolve diferentes cadeias significantes. Consideramos esta uma composição de diferentes materialidades capaz de estabelecer uma promessa, ou seja, um funcionamento discursivo no qual há uma "tomada de posição equívoca e historicamente determinada, implicando sujeitos envolvidos, em condições estruturais próprias, com narrativas de compromissos estabelecidas no funcionamento político do social" (Anjos, 2021, p. 164).

Os elementos linguísticos do *slogan* do novo governo, bem como do pronunciamento oficial do presidente empossado, colocam-se em composição material com o visual da logomarca, ou da foto da subida ao palácio do planalto; diferentes formulações que fazem ver modos de resistência do sentido e do sujeito (Lagazzi, 2023). Nessa direção, acreditamos que esses objetos simbólicos dão visibilidade à construção de uma aliança equívoca, justamente por dar a ver o político, divisão de sentidos na linguagem, ao colocar em pauta a cultura do país.

A diversidade cultural do Brasil, então, é apresentada nos materiais por formulações que apresentam o povo como um caldeirão de diferenças. No discurso

de posse, por exemplo, duas metáforas são evocadas para caracterizar o país: a da alma e a do edifício. A metáfora da alma traz, em termos de essência, aquilo que é da ordem da contingência histórica, a constituição do povo. No discurso, o povo brasileiro, o corpo, é definido por sua alma, a diversidade, na seguinte formulação do pronunciamento: "a diversidade inigualável da nossa gente e das nossas manifestações culturais" (Lula, 2023). Como produto de uma síntese, o povo brasileiro é definido pelo apagamento das disputas e hierarquias que marcam um país estruturado por abismos sociais e por iniquidades sistemáticas ligadas a raça, gênero e classe.

A metáfora do edifício, por sua vez, evoca a ideia de construção mencionada no *slogan* do governo. Ora, um edifício é fruto de um projeto e demanda tempo para ser construído, não nasce da noite para o dia. Feito como resultado de um esforço, a democracia brasileira é trazida ao texto como um grande "edifício de direitos, de soberania e de desenvolvimento que esta Nação levantou, a partir de 1988" (Lula, 2023). Em ambos os casos, há um efeito de unidade e, no fio do discurso, tais imagens se misturam, quando o pronunciamento se vale da noção de democracia cultural para criar expectativa sobre os próximos anos de política cultural do país. Falar em democracia cultural é, pois, apelar para o jurídico como a única via possível para a concretização da união social e reconstrução democrática prometidas.

O argumento democrático funciona eficazmente, já que parte da premissa de um "todos somos iguais perante a lei", um ideal desejado por todo cidadão. Nesses termos, a democracia coloca a exigência de direitos e deveres como única possibilidade de se estabelecer as relações entre os sujeitos no social, uma "referência à lei para afirmar a igualdade entre os homens e, portanto, a uma memória discursiva em que funciona o jurídico de forma pressuposta, produzindo um efeito de pré-construído: diante da lei supõem-se que todos são iguais" (Orlandi, 2007, p. 298).

Pelo que demonstramos na seção sobre as condições de produção da promessa, nos últimos vinte anos, o nosso país se viu às voltas com leis de políticas públicas de cultura, como uma forma de afirmar essa democracia cultural. Ora, se o dispositivo legal fosse garantia dessa igualdade, não haveria tantos casos de discriminação diante de manifestações culturais que fujam à lógica judaico-cristã, ou, ainda, não haveria a necessidade de promessas governamentais aspirando um futuro de realização dessa união, uma promessa renovada a cada mandato de Lula. Um olhar discursivo para esse compromisso leva-nos, então, à necessidade de atravessar

essa injunção à democracia, fazendo ver aquilo que resiste a significar, mesmo diante de sentidos aparentemente cristalizados.

A rendição à eficácia da ideologia jurídica faz tirar do caminho as condições materiais de existência do sujeito, o que inclui a condição de classe, de raça e de gênero, modalidades que atuam nos processos de identificação do sujeito em descontínuos movimentos na história (Zoppi-fontana, 2017) e que fazem parte das determinações ligadas à cultura de um povo. A esse respeito, Lagazzi (2018, p. 219) afirma que "a ideologia jurídica exclui da esfera estatal toda a representação de classe", o que resulta na limitação do acesso dos sujeitos ao espaço reservado ao Estado, uma vez que este "só é permitido aos indivíduos despojados de sua condição de classe e qualificados por uma determinação jurídica, que é a cidadania" (Lagazzi, 2018, p. 219). Desse modo, continua a autora, "essa significação dos diversos e contraditórios interesses particulares que constituem a sociedade civil em interesses gerais [...] permite ao Estado silenciar a contradição constitutiva do social e falar em nome do 'bem comum'" (Lagazzi, 2018, p. 219).

Quando tais argumentos são levados ao sujeito na forma de uma promessa, um jogo hipnótico se faz presente. Hipnótico porque o aspecto performativo da promessa soa como um "delírio verbal" (Pêcheux, 2012), um "sonho acordado" pelo qual as palavras estariam representando mudanças práticas, ou seja, a promessa tece sua teia imaginária de tal modo eficaz que, ao focalizar o comprometimento em torno de uma política cultural democrática, ao insistir na ideia de união e reconstrução em seu *slogan* e em sua logo, ou reforçar imageticamente sua aliança na personificação de diferentes culturas alinhadas, há a produção de um excesso autorreferencial, no qual tudo aponta para aliança que está sendo construída e não há questionamentos sobre os sentidos que ali estão em jogo. É disso que se trata também o funcionamento da promessa, um aspecto performático ligado à produção de efeitos tão bem articulados imaginariamente que silencia os processos históricos contraditórios do social brasileiro, os mesmos que possibilitaram que tal promessa pudesse ser formulada.

Atrelada ao jurídico, a promessa do governo Lula inviabiliza qualquer questionamento em torno do idealismo e do humanismo que sustentam seu percurso discursivo. Referimo-nos ao humanismo relacionado ao voluntarismo do sujeito, à crença de que, unicamente pela iniciativa de cada um, a democracia do país pode ser (re)construída. Esse gesto de colocar às expensas do sujeito a responsabilidade da

mudança social contribui para obliterar as determinações históricas que constituem o nosso social, a partir de um trajeto de sentidos que não leva em conta as iniquidades produzidas pelo capitalismo, sistema cujas raízes se assentam na colonização (Almeida, 2020; Mbembe, 2017).

Outro ponto relevante em torno do jogo discursivo da promessa é o que diz respeito à projeção de um futuro. A promessa do governo Lula trabalha criando expectativas quanto ao futuro, uma "esperança" colocada nos seguintes termos: "nossa mensagem ao Brasil é de esperança e reconstrução". É na esperança que a reconstrução da democracia nacional se apoia, um futuro projetado em sentidos de união, deixando margem para a compreensão de que, somente unidos, essa nova realidade poderá ser construída. Unidos, no passado (afinal, o prefixo "re" trabalha com uma ideia de repetição) ou no futuro, o povo é, nessa nova gestão, convocado a acessar a cultura, ou melhor, os bens culturais. É preciso, neste ponto, tensionar um pouco mais os sentidos de cultura, indo além de manifestações culturais relacionadas a bens, à conservação de uma memória por meio de produtos a serem acessados.

A cultura materializa práticas sociais que são resultado da forma que os sujeitos, em determinado espaço e tempo, olham o mundo. No dizer de Rodríguez-Alcalá (2003, p. 80) "a cultura é a materialidade (materialização) da ideologia num espaço-tempo determinado". Isso significa que é preciso compreender o funcionamento do político nesse processo, que se apresenta como evidente e natural para os sujeitos (Ferreira, 2011). Faz parte do funcionamento da ideologia apresentar para os sujeitos as práticas como naturais. As políticas públicas não podem se limitar a uma noção de cultura que se restringe a *produtos* que precisam ser preservados para garantir um passado comum, mas é preciso também compreendê-la como *processo.* A cultura é produto e processo.

Não reduzir os sentidos de cultura a uma ideia mercantilista de aquisição ou acesso é também trabalhar para que se possa dar escuta a outros sentidos possíveis com relação a tal noção, afinal, como afirma De Nardi (2011, p. 1), falar sobre cultura é também "falar sobre política, sobre o apagamento do político que se produz, muitas vezes, pelo recurso à cultura, cujo funcionamento produz efeitos de naturalização". Compreender o funcionamento político da linguagem é aceitar o fato de que a cultura que se almeja para o futuro, aquela não reduzida a uma igualdade hipotética, coloca em tensão os atuais modos de vida, os modos com os quais os sujeitos se relacionam hoje.

Se “a cultura trata de uma construção realizada por sujeitos, que, por sua vez, são resultados de realizações anteriores”, podemos dizer que “estas realizações abarcam palavras, gestos [...], sistemas de governo, religiões, divisões, concepções de raça e de gênero, entre outros” (Ramos, 2028, p. 6). Aceitar essas múltiplas intervenções do interdiscurso no processo de compreensão do que é cultural é estar atento às mudanças sempre possíveis na história, atento ao contato do visível com o invisível, conforme Pêcheux (1990). Eis, então, uma via possível para além do humanismo e do idealismo propalados pela performance da promessa do atual governo: pensar materialmente os discursos sobre cultura. Isso significa dizer que há sempre possibilidade outras de compreensão sobre o que é cultura, nação, povo… sentidos abertos a novas formas de simbolização na história.

Considerações finais

O *slogan*, a marca do governo, a fotografia e o pronunciamento do dia da posse. Tais materiais apontaram, em sua imbricação, para a construção de um compromisso de mudança voltado ao argumento de democracia cultural. No movimento discursivo analisado neste trabalho, a promessa mostrou-se formulada por uma posição-discursiva presidencial determinada por condições de produção que a permitiram afiançar uma igualdade social a partir da cultura. Trata-se de uma aliança que não implica apenas a base eleitoral de Lula, mas todo o sujeito que se identifica como povo brasileiro e, com isso, uma obrigação moral se impõe, podendo ser cobrada a qualquer momento. Temos, assim, um processo discursivo que joga com a performance altamente eficaz de um compromisso assumido publicamente: o de promover, via políticas de cultura, a igualdade entre os cidadãos. A eficácia ideológica da promessa se deve, como vimos, ao apelo jurídico, argumento inquestionável em nossa sociedade.

Como regularidade nos materiais, notamos a afirmação da diversidade, tão negada no governo de Jair Bolsonaro, mas retomada no terceiro governo Lula como um dos pilares possíveis para “união” e “reconstrução” do país. Indicada como a alma do povo brasileiro, a diversidade foi pintada como um mosaico, reunião de partes menores sem as quais seria impossível a construção do edifício democrático nacional. Eis o efeito do consenso em torno da cultura construído pela eficácia jurídica da democracia. Ora, pensar a diversidade nesses termos é fazer menção a certa

idealização na construção do povo brasileiro, fetichizar a relação das diferentes raças, e, com isso, fazer esquecer as hierarquias e diferentes disputas de poder que marcaram e marcam o nosso social.

As análises possibilitaram ainda colocar em questão a ideia de democracia cultural, ainda que pensar em democracia cultural seja apontar para a necessidade de descentralizar o que é considerado cultural e de ampliar os olhares para a diversidade de práticas humanas, fomentando não só a cultura dita erudita, mas também a chamada popular. Parte desse questionamento se deve ao atravessamento necessário, já que este trabalho parte de uma perspectiva discursiva, do mecanismo da ideologia jurídica, modo de engessar as possibilidades simbólicas voltadas à cultura. As tentativas de naturalizar e homogeneizar o que é da ordem da contingência não são novas, elas respondem a uma memória ligada à construção de uma “cultura imaginária” em contraposição à “cultura fluida”, compreensão a qual expomos na seção em que descrevemos as condições de produção da promessa do atual governo presidencial.

A análise da promessa em questão faz notar a atualização de uma memória de construção de reconhecimento nacional, vide o modo como os Estados nacionais construíram formas de determinar quem faz ou não parte do povo apelando para o efeito-cultura, a ideia de um passado comum com o qual os sujeitos poderiam se identificar. Tais referências são situadas no espaço-tempo, mas se apresentam como atemporais, evidentes para os sujeitos que, ao se reconhecerem nelas, se “unem” como um só povo, uma só nação, fazendo valer o idealismo e o humanismo próprios à formação social capitalista. Evidência semelhante também se dá para os sentidos de cultura como produto a que se possa ter acesso, uma compreensão questionada neste artigo justamente por ser fruto de um apelo mercantilista.

O enfoque discursivo adotado neste trabalho abriu caminhos que podem ser explorados em investigações futuras. Desse modo, espera-se que este estudo possa contribuir para debates mais amplos sobre as políticas culturais no Brasil e que a perspectiva discursiva inspire pesquisas que explorem as relações entre memória, identidade nacional e ideologia nos atuais discursos sobre cultura.

Apesar das limitações que possam ser apontadas, o presente estudo demonstrou o modo como o político, divisão de sentidos para a AD, dá diferentes contornos à cultura, indicando deslocamentos possíveis para tais significações. É assim que vislumbramos a possibilidade de valorização dos diferentes modos de vida,

ou seja, das diferentes culturas: sem recorrer a idealismos, antes apoiando-se nos sentidos que se movimentam pelas tramas da história.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2020. (Coleção Feminismo Plurais, Selo Sueli Carneiro)

ALTHUSSER, Louis. O Objeto de "O capital". *In*: ALTHUSSER, L. *et al.* **Ler o capital**. São Paulo: Zahar, 1980. v. 2, p. 7-152.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANJOS, Liliane Souza dos. **O funcionamento discursivo da promessa de pacificação**. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

CALEBRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Anais** [...] Salvador: UFBA, 2007. p. 1-18.

COURTINE, Jean-Jacques. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. **Revista Polifonia**, Cuiabá, v.12, n. 2, p. 5-18, 2006.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. Reflexões sobre a cultura no campo da AD: um lugar para o conceito de cultura no campo da ideologia, do inconsciente e da(s) políticas. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 5., 2011, Porto Alegre. **Anais** [...]**.** Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2011. p. 1-8.

ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. **O que se pode e deve comer**: uma leitura discursiva sobre sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras (1863 – 1973). 2014. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, 2014.

FERNANDES, Natália Aparecida Morato. A política cultural à época da ditadura militar. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 3, p. 173-192, 2013.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O lugar do social e da cultura numa dimensão discursiva. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMAN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LAGAZZI, Suzy. O exercício parafrástico na imbricação material. *In*: ENCONTRO DA ANPOLL, 27., 2012, Niterói. **Anais** [...]. Niterói: UFF, 2012. Disponível em:

http://www.labeurb.unicamp.br/anpoll/resumos/SuzyLagazzi.pdf. Acesso em: 11 set. 2024.

LAGAZZI, Suzy. A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 23., 2008, Goiânia, GO. **Anais** [...]. Goiânia: ANPOLL, 2008. p. 1-3. Disponível em: http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

LAGAZZI, Suzy. Da tautologia no social: entre a democracia e a cidadania. *In*: CAMPOS, Thiago Manchini de; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria (org.). **Mídias e movimentos sociais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 209-224.

LAGAZZI, Suzy. A imagem como uma tecnologia política: o social sempre em questão. *In*: FARIA, Joelma Pereira de; SANTANA, Juliana de Castro; NOGUEIRA, Luciana (org.). **Linguagem, arte e o político**. Campinas: Pontes, 2020.p. 91-102.

LAGAZZI, Suzy. A imagem em sua potência de captura simbólica. **Fórum Linguístico**, v. 18, p. 5890-5902, 2021.

LAGAZZI, Suzy. Materialidade Discursiva: “Não se pode dizer não importa o quê”. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; CARNEIRO, Thiago César da Costa (org.). **Diálogos com analistas de discurso**: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje Campinas, SP: Pontes Editores, 2023. p. 314-319; E-book: 7 Mb; PDF.

LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Valmir. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAS, 4., 2013, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. p. 1-17.

LULA. **Discurso do Presidente Lula no Parlatório do Palácio do Planalto**. Presidência da República, Discursos e Pronunciamentos, 6 jan. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-no-parlatorio-do-palacio-do-planalto. Acesso em: 22 ago. 2024.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana do. Ler a cultura hoje: a construção do consenso nas políticas culturais do Estado brasileiro. **RUA**, v. 2, p. 311-334, 2017.

Nascimento, Felipe Augusto Santana do. **Definir/conceituar**: história e sentidos da palavra cultura em dicionários de línguas e de terminologias. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

NOGUEIRA, Bruno. Impactos do governo de Jair Bolsonaro para as políticas públicas de cultura no Brasil. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 16, n. 2, p. 153-178, 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar.1994.

ORLANDI, Eni P. Educação em direitos humanos: um discurso. *In*: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (org.). **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 295-312.

ORLANDI, Eni. Identidade Lingüística Escolar. *In*: SIGNORINI, Inês. (org.). **Lingua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

ORLANDI, Eni. **Terra à vista – discurso do confronto**: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12 ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **RUA**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 35–47, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK,Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *In*: **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 7-24. jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 6. ed. Campinas: Pontes editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2014. p. 57-67.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse? *In*: ORLANDI, Eni. **Michel Pêcheux**: textos escolhidos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012. p. 73-92.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi *et al*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

RAMOS, Thaís Valim. O desafio de dizer a cultura em Análise do Discurso. **Organon**, v. 33, n. 64, p. 1-12, 2018.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Entre o espaço e seus habitantes. *In*: ORLANDI, Eni. **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Da religião à cultura. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 19., 2004, Maceió. **Anais** [...]. Maceió: UFRN, 2004.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina; NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana do. A dimensão coletiva dos sentidos de cultura: uma análise da palavra em dicionários brasileiros. **Revista Eletrônica Interfaces**, v. 13, n. 3, p. 1-13, 2022.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. **INTERCOM**, v. 31, p. 183-203, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: passado e presente. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata. **Políticas culturais**. Salvador: EdUFBA, 2012. p. 29-48.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. *In*: **O pai de família e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 61-92.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Marca do Governo Federal**. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/central-de-conteudo/manuais/uso-da-marca-do-governo-federal/2023_br_govfederal_marcaoficial_rgb.png/view. Acesso em: 04 set. 2024.

WILLIAMS, Raymonds. **Keywords**: a vocabulary of culture and society. New York: Oxford University Press, 1985.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. "Lugar de fala": enunciação, subjetivação, resistência. **Conexão Letras**, UFRGS, Porto Alegre, v. 12, p. 63-71, 2017.